



Democracia, participação social e inovações institucionais: uma abordagem do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte¹

Laura Bastos Pimenta Neves²

Flávia de Paula Duque Brasil³

Resumo: O artigo focaliza o Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte, tratando das demandas das juventudes por sua criação à ocupação pelos jovens em 2016 e seu funcionamento posterior. Com o suporte de desenvolvimentos teóricos no campo da teoria democrática contemporânea, este trabalho tem por objetivo abordar as diversas formas de participação social das juventudes que se mobilizam, irrigando inovações democráticas, dentre as quais a criação de um Comitê Gestor participativo. A metodologia envolveu levantamentos de dados, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: Participação social; Juventude; Experimentalismo democrático; Inovação social; Inovação institucional.

Democracy, social participation and institutional innovations: an approach from the Belo Horizonte Youth Reference Center

Abstract: *The article focuses on the Centro de Referência das Juventudes in Belo Horizonte, from the demands of the youths for its creation to the occupation by*

¹ Agradecemos o apoio da Fapemig e Capes.

² Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte – Brasil – laurabastosp@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5222134537451914> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3070-7050>.

³ Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte – Brasil – flaviaduquebrasil@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4666930977365902> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3070-7050>.

young people in 2016 and its subsequent functioning. With the support of theoretical developments in the field of contemporary democratic theory, the work aims to address the diverse forms of social participation of youths who mobilize, irrigating institutional innovations, among them the creation of a participatory Management Committee. The methodology involved surveys, participant observation, and semi-structured interviews.

Key-words: Social participation; Youth; Democratic experimentalism; Social innovation; Institutional innovation.

Democracia, participación social e innovaciones institucionales: un abordaje desde el Centro de Referencia de la Juventud de Belo Horizonte

Resumen: El artículo se centra en el Centro de Referencia das Juventudes em Belo Horizonte, desde las demandas de los jóvenes para su creación hasta la ocupación por los jóvenes en 2016 y su posterior funcionamiento. Con el apoyo de los desarrollos teóricos en el campo de la teoría democrática contemporánea, el trabajo tiene como objetivo abordar las diversas formas de participación de los jóvenes que movilizan el riesgo de innovaciones institucionales, entre las que destaca la creación de un Comité de Gestión participativo. La metodología involucró encuestas, observación participante y entrevistas semiestructuradas.

Palabras clave: Participación social; Juventud; Experimentalismo democrático; Innovación social; Innovación institucional

Introdução⁴

Desde a segunda metade do Século XX, ganharam relevo os debates em torno da qualidade da democracia, engendrando concepções que apontam para possibilidades de construção de democracias de alta intensidade (Santos e Avritzer, 2002), lastreadas por processos de participação social e deliberação. Contudo, na paisagem do Século XXI, sublinham-se debates em torno da crise da democracia, assumindo feições distintas nos diferentes contextos. No caso brasileiro, têm sido apontados os processos recentes de desdemocratização, bem como a resistência da sociedade civil (Avritzer, 2021).

4 Agradecemos aos revisores da Contemporânea pelos excelentes comentários e contribuições.

Recuperando brevemente o percurso de construção democrática brasileira das últimas décadas, o processo de redemocratização colocou em cena novos (e nem tão novos) atores coletivos que se (re)organizaram a fim de incidir no texto constitucional. Eles lograram avanços na Constituição Federal de 1988 (CF-88) e, adiante, nos marcos legais das políticas sociais, demarcados por premissas de descentralização, democratização e ampliação dos direitos sociais. Nesse contexto, Dagnino (2002) destaca o trânsito de projetos democratizantes da sociedade civil para o âmbito institucional.

Nos anos 1990, sobretudo na esfera municipal, constituiu-se uma infraestrutura participativa ampla e plural, com destaque para os conselhos e o orçamento participativo (OP). Nesse ambiente, Belo Horizonte se notabilizou pela orientação participacionista de seu governo desde 1993⁵, com a criação de instituições participativas tais como conselhos, OP e conferências municipais. Em que pese as diferenças dos governos seguintes, o viés participacionista se manteve até 2008.

A infraestrutura de participação institucionalizada no país se amplia desde 2003 no âmbito federal, rebatendo-se nas esferas subnacionais, em especial por meio de conferências nacionais. Entretanto, na década seguinte, foram revelados impasses no campo da democracia, evidenciados nas jornadas de junho de 2013, que sinalizam linhas de ruptura com o padrão de participação institucionalizada até então consolidado (Avritzer, 2016). Essas fissuras se evidenciaram na derrubada pelo Congresso do Decreto 8.234 de 2014, que instituiu o Sistema Nacional de Participação Social e, adiante, em meio à crise aberta, tem-se o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). O governo Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por extensos retrocessos, inclusive no campo da participação, com o Decreto 9.759/2019, que extinguiu instituições participativas colegiadas no âmbito federal – embora não sem resistências societárias (Magalhães, Ornelas e Brasil, 2021). Nesse sentido, o governo Lula que se iniciou em 2023 se norteia por premissas e esforços de reconstrução democrática, inclusive da infraestrutura participativa federal.

Fundamentado em Fung e Cohen (2006), podem-se considerar duas dimensões complementares de participação-deliberativa que se interconectam: a participação na esfera pública e nas instituições participativas. Considerando essas dimensões, a trajetória da participação social no país, em suas diversas expressões, formas e práticas, tem sido objeto de desenvolvimentos teóricos e

5 A Frente BH-Popular, encabeçada pelo Prefeito Ananias, assumiu o governo em 1993 e as coalizões progressistas se manteve nos governos seguintes, implicando relativa continuidade.

analíticos, que se entrecruzam com o enfoque do artigo. Sobretudo nas duas últimas décadas, destacam-se abordagens dos processos de institucionalização da participação social (Avritzer, 1997; Lavallo, 2023), da dimensão relacional entre a sociedade civil e o Estado (Silva, 2006; Abers e Bülow, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014), incluindo nessa chave o ativismo institucional (Abers, 2021), e as possibilidades de incidência dos atores societários nas políticas públicas que são objeto de revisão de Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017).

O cenário mais amplo de crise da democracia aponta para a necessidade de seu fortalecimento e resignificação. Entendendo a democracia como uma gramática histórica de organização da sociedade e das relações entre Estado e sociedade, Santos e Avritzer (2002) remetem às práticas e experimentalismos participativos. Nessa direção, coloca-se a possibilidade de emergência de novas institucionalidades lastreadas por processos de inovação social que, segundo Elstub e Escobar (2019), têm como núcleo reimaginar e aprofundar o papel da sociedade civil em processos decisórios e de governança.

O artigo percorre a trajetória do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, que se entrelaça com as lutas das juventudes⁶ na cidade, desde as demandas por sua criação até a ocupação do espaço pelos jovens em 2016 e a sua instalação em 2017. O CRJ é um equipamento municipal oriundo da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Em seu *site*, o CRJ é apresentado como “uma experiência única no estado, tendo como foco olhar para todas e todos jovens e promover um equipamento qualificado para atendimento das demandas das juventudes, possibilitando ações, atividades e projetos afirmativos e de cidadania”, destacando ainda o equipamento como fruto de demanda das juventudes e como um espaço de participação, de diálogo e de trocas de experiências (PBH, 2019). Tem-se por objetivo abordar as diversas formas de participação social das juventudes que se mobilizam, se expressam e se organizam, irrigando inovações institucionais, incluindo a criação do CRJ e de seu Comitê Gestor (CGCRJ).

Democracia e participação social: liames entre inovações sociais e institucionais

O argumento analítico que baliza o artigo evoca conexões entre inovações sociais e inovações institucionais na abordagem da trajetória do CRJ em Belo Horizonte. Os liames entre inovações sociais e institucionais podem ser examinados segundo as correntes da teoria democrática contemporânea que – sem o

6 Adota-se o termo “juventudes”, com base em Dayrell (2003), destacando o jovem enquanto sujeito de direitos, superando estereótipos de rebeldia e isolamento para enfatizar a diversidade de seus modos de ser.

descarte dos mecanismos da democracia representativa – alargam os contornos da democracia e preveem formas de participação ampliada. Ressalta-se, assim, um entendimento da democracia mais abrangente, não restrito ao seu aparato político-institucional, mas tendo lugar em diversos espaços públicos e de participação social. Em virtude dos limites do trabalho, não se efetuará uma revisão dessas correntes, buscando-se tão somente captar chaves teóricas e analíticas, tendo em vista as conexões entre inovações sociais e institucionais.

A concepção de democracia participativa construída desde a década de 1970 tem em Carole Pateman (1992, 2012) contribuições basilares que apontam para a participação nas tomadas de decisão, ao lado da dimensão das aprendizagens de cidadania e democracia. Fundamentado nesses aportes, Held (1987) aponta como características dessa vertente a participação social na regulamentação de instituições e a manutenção de um sistema institucional aberto para propiciar a experimentação.

Na década seguinte, a corrente da democracia deliberativa se estabelece, podendo ser considerada como continuidade da linha participativa, inscrita em um mesmo campo pautado por premissas e compromissos de aprofundamento democrático, a despeito das suas diferentes ênfases, respectivamente nas dimensões decisórias e comunicacionais (Hauptmann, 2002). Têm-se em Habermas (1992) os pilares normativos iniciais do campo deliberativo, que se expande e se pluraliza nas décadas seguintes. Tendo como princípio a soberania popular, a deliberação remete à dimensão comunicativa e dialógica, visando a alcançar acordos provisórios. Um elemento central nesse arcabouço consiste na participação da sociedade civil em espaços públicos e/ou esfera pública, tematizando questões, com a possibilidade de influenciar os processos decisórios nas instituições político-administrativas, mediante um fluxo comunicacional democrático.

Com base no caminho pavimentado por Jürgen Habermas, os deliberacionistas distendem esse terreno com reformulações. Hendricks (2006) reporta duas linhagens, situando os teóricos como macroadeliberativos ou microdeliberativos. Os primeiros, na linha habermasiana, privilegiam a deliberação informal na esfera pública e o papel da sociedade civil fora do Estado. Já os microdeliberativos se orientam para as tomadas de decisão, considerando a possibilidade de canais institucionalizados de deliberação. A autora defende a compatibilidade e complementaridade das duas posições em um modelo de deliberação integrada, convergente com a concepção de sistema deliberativo, que reconhece diversos espaços de deliberação e prevê sua articulação.

Uma terceira tradição pertinente à presente abordagem se refere à corrente pragmatista na trilha de John Dewey (1927), que também entende a democracia de forma mais abrangente. Suas contribuições têm sido discutidas e encampadas por diversos autores (Fung e Wright, 2001; Dryzek, 2004; Fung, 2012; Mendonça, 2016).⁷

Andion e Magalhães (2021) dialogam com contribuições de autores pragmatistas e salientam enfoques que contemplam a governança em uma linha cooperativa e experimentalista. Os autores destacam processos centrados na investigação pública e experimentação dos problemas públicos como lastros para o Estado democrático. Enquanto a experimentação democrática é definida como “um processo de resolução de problemas que alia inquirição [...] com abordagens inclusivas e democráticas” (Andion e Magalhães, 2021: 535), a investigação pública remete à experiência de situações problemáticas vivenciadas, desdobrando-se em indagações, discussões, experimentações, bem como em formas associativas societárias, ensejando novos públicos e a construção de novas agendas, reconhecidas e publicizadas. Mobilizando Cefai (2002), Andion e Magalhães (2021: 535) destacam que tais processos ressituaam a “coisa pública” ao inscrevê-la na vida cotidiana.

Considerando a democracia como “um conjunto aberto de instituições, experiências e práticas que possuem por escopo a mediação entre Estado e sociedade civil”, Pogrebinschi (2010) afirma que, quanto mais as instituições, experiências ou práticas aproximam Estado e sociedade, maior a capacidade de promoção da democracia (Pogrebinschi, 2010: 660). A autora desenvolve um conceito de democracia pragmática, trazendo como elementos-chave a reflexividade, o praticalismo e o experimentalismo:

A adoção de uma postura experimental que implica, em alguma medida, converter fatos em normas, práticas em instituições, dogmas em riscos e princípios em fins. O experimentalismo clama pelo empoderamento político dos cidadãos ordinários por meio da institucionalização progressiva de práticas democráticas conduzidas na, pela e através da sociedade civil. O experimentalismo é a invenção do novo, a transformação do velho, a substituição da normatividade pela facticidade. Situando-se em algum lugar entre os ideais de revolução e reforma, o experimentalismo permite conjugar

7 Mendonça (2016) discute pontos comuns entre as tradições deliberativa e pragmatista, como a concepção ampla da política, a ênfase nas interações comunicacionais, as conexões discurso-razão e a formação de públicos descentralizados.

a política no futuro do pretérito, e fazer da democracia simultaneamente experiência e experimentação (Pogrebinschi, 2010: 677)

A discussão efetuada desvela uma ampla paisagem democrática que, para além das instituições basilares da democracia representativa, fundadas na representação eleitoral, tem lugar em instituições participativas que se abrem à participação (e representação) da sociedade civil, permitindo sua incidência em processos decisórios. Ademais, a participação tem lugar em espaços públicos, colocando em cena novos atores e a pluralidade de experiências, saberes, práticas e experimentalismos que a concepção pragmatista notadamente enfatiza.

Em rotas próximas e com pontos de contato, as tradições participativa, deliberativa e pragmatista colocam em evidência os atores da sociedade civil em espaços públicos e iluminam processos de inovação social, seja na mobilização e organização coletiva, seja nas interações discursivas, comunicativas e dialógicas, seja na delimitação de problemas públicos e investigação pública mediante a experiência, seja nas práticas e experimentalismos democráticos que evocam e desenham o novo.

O entendimento mais amplo da democracia, que se coloca nessas perspectivas, ilumina sua tessitura cotidiana, alinhando-se ao campo das experiências, das discussões e reflexões e das experimentações que têm lugar na sociedade civil. Os aportes mobilizados permitem vislumbrar as aproximações entre Estado e sociedade – em especial, por meio de processos e instituições participativas – e as possibilidades de que as práticas da sociedade civil fertilizem inovações institucionais inclusivas e democratizantes. Nesse terreno, é possível vislumbrar possíveis articulações entre processos de inovação social e institucional, pautados por experimentalismos em busca de reimaginar, engendrar e abrigar – desde o chão das práticas – novas gramáticas e institucionalidades democráticas.

Notas metodológicas

De caráter qualitativo, este estudo de caso se caracteriza pela sua forma descritiva, por meio do argumento analítico que aponta a inovação social como um fator impulsionador da inovação institucional na trajetória do CRJ e de seu CGCRJ. Com poucos registros acadêmicos, o CRJ apresenta características relevantes em função dessa trajetória, de seu público e de sua perspectiva de governança experimentalista. O desenho da pesquisa articulou uma triangulação metodológica que incluiu desde o levantamento documental no âmbito da PBH e do CRJ até a captação de percepções relacionadas à participação social, por meio de observação participante e de entrevistas.

O levantamento documental foi realizado por meio da internet e por solicitação direta aos membros do CGCRJ, abrangendo: i) publicações oficiais no Diário Oficial do Município; ii) atas das reuniões do CG; iii) documentos finais de seminários em 2017 e, em 2021, o projeto de intervenção para o CRJ; e iv) documentos de planejamento e de prestação de contas da gestão, além de matérias de jornais e nos sítios eletrônicos da PBH, da Câmara Municipal (CMBH) e de entidades e movimentos juvenis.

Entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com membros anteriores e titulares atuais do CGCRJ – instituição participativa com composição paritária entre poder público e sociedade civil –, incluindo representantes do governo e/ou da sociedade civil no âmbito do primeiro (2017-2019) e/ou do segundo mandatos (2019-2021), como indicado no Quadro 1.

Quadro 1 - Entrevistados – Membros do CGCRJ

REPRESENTAÇÃO	GESTÃO 2017-2019	GESTÃO 2019-2021
Entrevistado A	Governo municipal	Governo municipal
Entrevistado B	Governo estadual	Sociedade civil
Entrevistado C	Governo municipal	Governo municipal
Entrevistado D	Sociedade civil	Governo municipal
Entrevistado E	Sociedade civil	Sociedade civil
Entrevistado F	Sociedade civil	Sociedade civil
Entrevistado G	Sociedade civil	-
Entrevistado H	Sociedade civil	-
Entrevistado I	-	Sociedade civil
Entrevistado J	-	Governo estadual

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas semiestruturadas duraram, em média, oitenta minutos e foram realizadas presencialmente ou por meio da plataforma Google Meet. Utilizou-se um roteiro visando captar e registrar relatos de membros do CCRJ sobre a trajetória do CRJ.

A observação participante foi realizada pela primeira autora – ativista e atuante na área – no âmbito do CGCRJ ao longo de 2021, ao acompanhar o CGCRJ em reuniões online para discussão e encaminhamentos do seminário, o que permitiu qualificar os processos e experiências dos participantes, assim como das próprias vivências e lutas.

Por fim, as informações colhidas nas diversas etapas passaram pelo processo de análise de conteúdo, na linha de Bardin (2011). Foram criadas estratégias de apropriação do conteúdo, como codificação e marcação de trechos de falas transcritas. Mas, principalmente, fez-se o retorno recorrente ao material coletado. Os elementos de observação foram utilizados para organizar informações, tendo a atenção crítica e o detalhamento dos critérios como fontes de orientação das escolhas, fatores fundamentais para a construção do *corpus* da pesquisa.

Participação e inovação social: antecedentes e configuração de uma arena pública

No centro de Belo Horizonte, o terreno entre o viaduto da Floresta e a Praça da Estação, cercado de simbolismos, abrigou, desde a década de 1990, projetos importantes para crianças e adolescentes.⁸ Desde 2014, o local em que antes se avistava uma singela lona de circo abriga o CRJ de Belo Horizonte. O edifício possui fácil acesso a pé, metrô ou ônibus e seus 5.800m² de área construída oferecem infraestrutura de estúdios para gravação e edição de áudio e vídeo, auditório, biblioteca com acesso à *internet*, teatro de arena, espaços de exposição, salas multiuso, cozinha experimental, entre outros.

O CRJ visa constituir “um espaço e política pública de referência para as juventudes de BH quanto à promoção e defesa de seus direitos, com foco interseccional nas vulnerabilidades que acometem as juventudes” e se estrutura em quatro eixos: “Gestão da Correria” (Mundo do Trabalho); “Arte e Cultura”; “Imagina” (Direitos Humanos e Diversidade); e “Ágora CRJ” (Gestão e Participação Social). Na plataforma *online*, as regras de uso divulgadas determinam que “todos os espaços do CRJ podem ser ocupados por atividades desenvolvidas por ou para jovens, mediante agendamento”. Indica-se o objetivo de “fomentar a ocupação física e simbólica do CRJ com vistas a garantir a livre expressão das diferentes performances juvenis” (PBH, 2019).

Cabe reportar os antecedentes da constituição do CRJ, desde a política municipal de juventude, que foi pioneira ao incorporar a participação social no âmbito governamental. O relato de um entrevistado aponta para a demanda societária (da juventude do PT, de professores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, de ativistas e movimentos de juventude) de instituição do Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE) nos anos 1990. Encaminhada como

8 O Circo de Todo Mundo foi idealizado em 1991 por um grupo ligado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, visando constituir um canal de diálogo com o público de sete a dezoito anos moradores ou com trajetória de rua. O programa Miguilim criado há mais de 20 anos também se volta para crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

projeto de lei do vereador Arnaldo Godoy (PT), a demanda resultou na criação do COMJUVE pela Lei 7.551 de 1998. Sua instalação e funcionamento efetivos ocorrem adiante, em 2006, vinculados à realização da I Conferência Municipal de Juventude, que precede a Conferência Nacional de 2007/2008⁹.

Nos anos 2000, o tema das políticas públicas de juventude ganhou visibilidade (Sposito e Carrano, 2003; Sposito, 2007; Castro, Aquino e Andrade, 2008). Em Belo Horizonte, a tematização das juventudes e suas políticas adquire maior expressão, uma vez que a cidade é *locus* de iniciativas como o Observatório da Juventude da UFMG e o Fórum das Juventudes da Grande BH, envolvendo vários movimentos sociais e organizações.

Segundo a perspectiva de arena pública de Cefaï (2017), considera-se que, em torno das questões das juventudes e de suas vivências na cidade, configurou-se uma arena pública, mobilizando movimentos sociais, associações e coletivos de jovens, ativistas institucionais, instituições políticas e seus representantes, instituições participativas (como o conselho e a conferência mencionados), organizações não-governamentais e centros de pesquisas. Nessa arena, as demandas discutidas se consolidam, engendram propostas e experimentalismos, são publicizadas e impulsionam a construção de novas agendas e inovações institucionais. Recorrendo a Cefaï (2002) – com base em Cruz e Freire (2003) –, a arena pública se impregna do viés dramático, do aspecto de “cena” e da encenação de performances ao buscar equacionar coletivamente situações problemáticas os atores configuram cenas públicas.

Performatividades juvenis se conectam à origem da reivindicação por um CRJ, como no evento “Hip Hop Chama”, realizado em 2000 na Escola Sindical Oito de Setembro, envolvendo novos atores e públicos. O evento se destaca para um grupo de pesquisadores da UFMG que decide investir em um processo de escuta de jovens periféricos envolvidos com produção cultural, movidos pela percepção de que o Movimento Hip Hop se sobressai como um meio potente de atuação dos jovens de periferia (Dayrell, 2003). A proposta de construção de um Centro de Referência aos poucos é gestada e se consolida ao transitar entre seminários e debates organizados pela sociedade civil, até se tornar uma demanda oficial e recorrente das juventudes.

São várias as iniciativas que se articulam simultaneamente, organizadas pela sociedade civil, mas também pelo governo municipal: em 2003, foi realizado o 1º Seminário de Políticas Públicas da Juventude, articulado pela rede D.vEr-CidaDe CuLturaL e a ONG Contato; em 2006, foi

9 O COMJUVE chegou a realizar até a VII Conferência Municipal em 2022.

realizada a já mencionada I Conferência Municipal de Juventude que ativa o COMJUVE (Dayrell, 2003). Essas iniciativas, dentre outras, possibilitam a tematização de questões relacionadas à juventude, impulsionam e amplificam o debate público e resultam em ações concretas. Um entrevistado associou o surgimento de arenas de debates sobre a política de juventude e a demanda pelo CRJ. Sua fala revela o ativismo institucional de gestores municipais:

[A proposta de um CRJ] surgiu na nossa demanda de curso [de Agentes Culturais]. Surgiu essa discussão [...] e falamos: nós precisamos realizar a Conferência. Belo Horizonte tem essa característica de ser a frente nessas questões de participação popular. A gente foi, demandou e correu atrás pra realizar a Conferência.

A década seguinte é marcada pela efervescência movimentalista na cidade com destaque para mobilizações diversas das juventudes, que antecedem e sucedem as manifestações multitudinárias de 2013, bem como a elas se incorporam e se entrelaçam. Contudo, o período 2009-2016 é marcado por um governo municipal pouco dialógico, com reverses no terreno da participação institucional. Nesse contexto, a sociedade civil se mobiliza, com novos atores e repertórios de ação coletiva, novos enquadramentos interpretativos e significados compartilhados (Brasil et al., 2020; Carneiro et al., 2022)¹⁰.

A área que se tornaria o CRJ é adjacente à Praça da Estação, espaço público que historicamente abriga manifestações políticas e culturais da cidade. Dentre elas, destaca-se a “Praia da Estação”, que surge em 2010, com a proibição do Prefeito Márcio Lacerda de realização de manifestações no local. A ação coletiva, então, passa a acontecer na Praça nos finais de semana ensolarados, com “adereços” de praia e até caminhão-pipa, entrecruzando arte e festa, ocupações, carnavalizações e “performações”, “delineando a natureza estética e simbólica daquele protesto” (Oliveira, 2012: 98). Outras ações coletivas se multiplicam no período na cidade, como o movimento “Fora Lacerda”, de protesto ao governo municipal e ao prefeito, ao lado de mobilizações das juventudes sob vários nomes, com um caráter de “ativismo”, como ocupações e assembleias sob o Viaduto Santa Tereza, localizado na área central.

10 O conceito de repertório de ação coletiva de Charles Tilly é inicialmente formulado pelo autor como formas de ação, sendo objeto de reconstruções. No contexto brasileiro recente, na literatura sobre movimentos sociais, esse conceito tem sido revisitado e ressignificado, como em Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012).

Nesse ambiente inscrevem-se as lutas das juventudes pelo CRJ, que tiveram seu ápice com a ocupação do espaço em 2016¹¹. Por esta razão, desde sua abertura, em 2017, o CRJ representa para os jovens um símbolo de luta e resistência. Como posto, o CRJ foi uma demanda das juventudes – aprovada na I Conferência Municipal de Juventude em 2006 – por um espaço aberto à participação, ao diálogo e à troca de experiências na perspectiva da garantia de direitos e construção da política de juventude. Nessa linha, caberia ao CRJ garantir a participação das diversas vozes dos jovens, a ocupação democrática do espaço, o diálogo ativo por meio de reuniões, seminários e assembleias fomentadas pelo Comitê Gestor, o qual seria criado e proposto como instância de gestão compartilhada.

Entre a pauta por um CRJ, a construção do prédio e a abertura do equipamento ao público, passa-se mais de uma década, marcada pelo ativismo dos jovens que, incansavelmente, reivindicaram o direito à participação no projeto por eles demandado. Em 2011, na ocasião do anúncio de construção do CRJ e apresentação do projeto pelo então Prefeito Márcio Lacerda, os representantes dos movimentos juvenis questionam e solicitam participar da elaboração de um projeto conceitual para o CRJ. Em 2012, iniciou-se a construção e, em 2013, o Governo do Estado e a PBH apresentam um projeto elaborado sob encomenda pelo Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR). A proposta é recusada pelos jovens, por não terem sido chamados para a construção da ideia.

Essa cena pública tem como pano de fundo as jornadas de junho de 2013 e os processos anteriores de mobilização da juventude na cidade, que ecoam nos anos subsequentes e se conectam com as cenas públicas seguintes. Nesse contexto, observa-se a perspectiva crítica dos movimentos das juventudes em relação às instituições e organizações políticas, às instituições participativas e aos movimentos sociais “tradicionais” (Carneiro et al., 2020). Entretanto, ambivalentemente, na arena em foco, são gestadas, performadas e publicizadas propostas endereçadas ao governo local e ao legislativo municipal. Movimentos e coletivos de juventude – ao lado de outros atores alinhados – se aglutinaram em torno da proposta de criação do CRJ e de sua gestão participativa, sinalizando, ainda, uma aposta em relação à participação institucionalizada.

Em 2014, com a obra em fase de finalização, o CRJ é inaugurado em cerimônia restrita às autoridades governamentais. O espaço permanece fechado em

11 Cabe notar que isso ocorre no contexto das ocupações secundaristas no Brasil que se iniciam em 2015 e adentram 2016 em diversas escolas públicas – inclusive em Belo Horizonte, em protesto a retrocessos em políticas educacionais de alguns estados e, adiante, contra as medidas regressivas nas políticas educacionais no governo Michel Temer (Sallas e Groppo, 2022). As ocupações já constituíam o repertório de ação coletiva de diversos movimentos sociais e passam a integrar o repertório dos movimentos de juventude.

2015 e, após reivindicações das juventudes, realiza-se uma audiência pública na CMBH mediada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), acionado por ativistas. Pactua-se a formação de uma comissão com representantes dos governos estadual e municipal e com a sociedade civil para a realização de um seminário sobre a política de juventude a ser implementada no CRJ. Em 2016, a prefeitura apresenta uma proposta elaborada unilateralmente que distribui os espaços do CRJ entre iniciativas governamentais e projetos da sociedade civil. A proposta é interpretada pelos jovens ativistas como uma terceirização da política de juventude, sendo rechaçada, como relata um entrevistado:

Em 2016, o CRJ estava no Gabinete do Prefeito. A gestão era da Secretaria de Governo [...] que está sob as asas da política, dos interesses. [...] Eles não aceitaram aquela proposta feita pelo CESAR, que tinha uma orçamentação inicial de seis milhões. Não aceitaram nada daquilo e começaram com aquele pensamento de que política de juventude não é necessária porque você tem ações voltadas para as juventudes em todas as pastas. Então, é política de juventude o alistamento militar, [...] o curso de Excel da Prodabel, [...] a Biblioteca Infante Juvenil... Então, ela [a gestora] fez o mapeamento dos projetos existentes, conversou com cada um e ofereceu um CEP [...] um imóvel na Praça da Estação com uma estrutura maravilhosa [...]. Tinha sociedade civil organizada escolhida sem nenhum processo de transparência ou critério [...]. Eles apresentam esse projeto para o COMJUVE e naquela mesma noite os jovens decidem ocupar.

Em maio de 2016, ativistas e movimentos juvenis em cena ocupam o prédio do CRJ, em protesto e recusa à proposta, seja por seu conteúdo em relação à política de juventude, seja por aspectos relativos à participação e representação no CRJ. O relato de um entrevistado – membro do CGCRJ que liderou o ato – retrata esse momento:

Peço uma reunião extraordinária [...] [e] a Assembleia aceita. [...] A pauta é o repasse sobre o Centro de Referência. Na época, era Márcia Alves a responsável. [...] Ai quando eles falam “não vai ser assim, não tem como fazer, que [o encaminhamento] era [...] o loteamento”, [...] [ou seja], vários outros setores entrarem sem a gente saber, os meninos já estavam preparados, e o combinado era, se eles falarem não de novo com a gente, sem possibilidade de diálogo, nós vamos ficar. E foi exatamente isso. Quem dá a voz da ocupação é o Filipe Saboia [...] e ninguém mais saiu. Eles descreditaram. Nós falamos “isso é sério”. Ai começa a ocupação.

O MPMG é chamado a intervir, avalizando a pertinência dos questionamentos trazidos pela ocupação e instaurando um inquérito civil público sobre a apuração de responsabilidades e a promoção das medidas necessárias ao funcionamento do CRJ:

Começa a ocupação, [...] o Ministério Público entra. A juventude está muito articulada, muito forte. Acabam articulando para que a gestão [do CRJ] passe para a Fundação Municipal de Cultura porque perceberam que o diálogo flui [...] melhor [...]. Com a ocupação, [a Secretaria de Governo] desistiu do projeto deles. Isso [a transferência do CRJ para a FMC] nunca foi publicada. Eles [a Cultura] que fazem a pactuação com o Ministério Público [...].

Ainda em 2016, o representante do MPMG segue promovendo o diálogo entre representantes do governo e da ocupação. Cabe notar que os movimentos e coletivos envolvidos não se fecharam ao diálogo com o Ministério Público e com o próprio governo, configurando um repertório de ação coletiva amplo que envolve ocupações e performances, as quais se mostraram decisivas, mas também interações com MPMG e governo, que também se mostraram efetivas, em uma arena pública que se alarga.

As partes assinam um termo de pactuação e a abertura imediata do espaço para o público e a implantação de um comitê de gestão compartilhada fica sob a responsabilidade da PBH. A proposta de um comitê de gestão compartilhada, com participação de representantes dos jovens, decorre da ocupação do CRJ pelos movimentos das juventudes e de suas propostas, denotando a sua incidência na política municipal.

O CGCRJ constitui uma instituição participativa, encampando dez representantes: três representantes do Executivo Municipal, dois do Executivo Estadual e cinco da sociedade civil (três entidades ligadas às juventudes, um representante do COMJUVE e um do CEJUVE). Com suporte do MPMG, o diálogo entre sociedade civil e governo se mantém e novas demandas, de ordem prática, como a eleição do CGCRJ e as questões de funcionamento do espaço são encaminhadas.

Nas eleições municipais de 2016, Alexandre Kalil (Partido Humanista da Solidariedade – PHS) foi eleito prefeito. Um dia antes do resultado das eleições, o Edital para eleição das entidades interessadas em compor o CGCRJ foi publicado no Diário Oficial do Município. Em maio de 2017, foi instalado o CGCRJ e o Secretário Municipal de Cultura anunciou para o CRJ Samira Ávila, gestora com ampla experiência em políticas de juventudes e lastro de ativismo institucional.

As juventudes e a nova gestora construíram uma relação de confiança, enquanto se avaliava o encaminhamento do CRJ na Prefeitura, visto que o Secretário não permaneceu no cargo:

Quando ele [Secretário Municipal de Cultura] sai, a Cultura rompe com a gente [...]. Chamo Máira Colares [Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) para ir ao CRJ. [...] Tivemos uma conversa super aberta, começamos um diálogo. [...] No Seminário, [...] levei a proposta do CRJ na SMASAC e todo mundo gostou. Saí de lá com a proposta aprovada.

Dentre as mudanças realizadas no intuito de viabilizar o CRJ, pelo menos duas foram estruturais: a transferência de Secretaria e a gestão compartilhada entre Secretarias. O CRJ é transferido da Secretaria de Governo para a Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC) da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), notando-se que a Secretária Municipal, vinculada ao PT, tem uma trajetória significativa de ativismo na área de assistência social, favorecendo relações dialógicas com os movimentos de juventude. A alteração foi justificada pelo fato de que a Diretoria de Políticas da Juventude e as demais políticas relacionadas às temáticas identitárias já estavam abrigadas sob a SUDC. Os relatos das entrevistas remetem a essas mudanças:

Em 2017, com Kalil entrando, tem uma proposição. [Ele] reestrutura as políticas sociais, cria uma grande Secretaria [SMASAC]. Dentro dela, a SUDC, onde eles criam sete diretorias, muito voltadas às ações de cidadania e direitos humanos. Daí, essa Coordenadoria de Juventude [...] passa a ser a Diretoria de Políticas para as Juventudes. [...] A gente tem que pensar o seguinte: antes você [...] não tinha o CRJ como responsabilidade da Prefeitura. E aí [...] o CRJ é uma responsabilidade direta dessa diretoria. Para além dessa Diretoria, o Conselho de Juventude que antes não era dessa Diretoria [...] se estabelece nela e continua. Então, tem essa nova instância que é o Comitê Gestor, a criação de mais um espaço de diálogo com a sociedade civil. Não posso deixar de ressaltar que nós tivemos sorte de estar na Secretaria que estamos. Há um fator de sorte em ter uma mulher de 35 anos, jovem, extremamente aberta, [...] de movimentos sociais [à frente da Secretaria da SMASAC].

A segunda mudança ocorre nos primeiros meses do novo governo: a gestão compartilhada do CRJ entre a SMASAC e a SMC foi oficializada por meio de uma portaria conjunta, reafirmando a vocação artístico-cultural do equipamento e a gestão por processos coletivos e participativos, alargando-se a arena pública. Depois de anos de confrontos e sem diálogo efetivo, estabelece-se um diálogo contínuo entre sociedade civil e governo municipal, conforme relato da gestora do CRJ e da presidente do CGCRJ:

Os jovens nos primeiros anos tinham muita desconfiança da gestão, da gestão pública. [...] Então, eu também tinha que resguardar o próprio CRJ de nunca deixar que nada que tivesse sido feito ali pudesse ser algo feito pela gestão sem consulta, sem diálogo, porque se isso ocorresse a confiança seria quebrada. [...] Quem fala que adolescente não escuta, não dialoga, não entende. Todas as vezes que eu busquei diálogo com a juventude, independente da origem, foi sempre bem-sucedido.

É aquele lugar que você não pensa gestão por meio das suas ideias, das suas estratégias. É um lugar que, na verdade, você tem que escutar, entender o que a cidade [...], principalmente os jovens que ocuparam e outras juventudes, querem para o espaço e como [...] conseguir fazer uma gestão à altura desses desejos e não vir como uma gestora que já vai apresentar mil projetos, mil ideias [...].

O Decreto da instituição [é publicado] em abril de 2017. [...] A primeira composição do Comitê Gestor, em maio de 2017 [...]. Em 2017, são as Ações Participativas. A gente fala que, para abrir as portas para as juventudes, a ativação começa com as palavras-chave: acessível, desburocratizado, democrático, simples, prioritariamente sociedade civil, transparente e formação de equipe mínima.

Na cronologia do CRJ, o primeiro ano de gestão foi marcado pela escuta ativa e abertura do CGCRJ às demandas surgidas das experiências vivenciadas pelas juventudes que começam a frequentar o espaço, que se caracteriza pela pluralidade e inclusividade, pelas possibilidades de participação e por experimentações.

Experiências e experimentalismos no âmbito do CRJ e do Comitê Gestor

Com os encaminhamentos iniciais realizados, passa-se à construção das diretrizes norteadoras do CRJ durante as Ações Participativas de 2017, organizadas pelo CGCRJ. São três etapas presenciais: Cola, Desembola e Mostra CRJ. As

ações, que resultaram em 21 projetos, reuniram cerca de 350 pessoas, na maioria jovens entre 16 e 25 anos, pretos, periféricos e estudantes do Ensino Médio, que discutiram ações e projetos em seis eixos: “Arte e Cultura”, “Trabalho e Renda”, “Educação Social”, “Qualidade de Vida”, “Direitos Humanos e Diversidade” e “Redes, Parcerias e Modelo de Gestão”.

Para proporcionar uma revisão dos eixos, diretrizes e projetos elaborados durante as Ações Participativas de 2017, foram realizadas as Ações Participativas de 2021/2022. A primeira fase organizada pelo CGCRJ em 2021 contou com o Seminário *Online* Juventudes e o CRJ, construído de forma colaborativa, incluindo debates sobre a precarização da condição juvenil na pandemia e a revisão dos eixos do projeto de intervenção do CRJ. As Ações Participativas foram planejadas para serem concluídas em 2022, por meio de um segundo encontro presencial, além de uma consulta pública para ratificação das juventudes das principais propostas encaminhadas.

O Seminário apontou o papel do CRJ de suprir a lacuna de um espaço de acolhimento para os jovens, orientando-os nas suas conquistas básicas, em especial no caso das juventudes que sofrem todos os dias com a violência, discriminação, opressão e desigualdades de oportunidades. Identificou-se a demanda por um CRJ com estrutura para atender, acolher, orientar, encaminhar e formar os jovens no âmbito da cidadania e dos direitos, dando a eles oportunidades de conhecerem mais sobre si mesmos, sua identidade e sua voz. O CRJ também foi percebido como um equipamento para apoiar os jovens na realização dos seus “corres”, seus primeiros trabalhos, formação escolar, complementar e o ingresso na universidade. Nessa linha, o CRJ se torna referência e suporte aos “rolês” que as juventudes sonham ou que já realizam.

Como posto, a implantação do CGCRJ – com composição híbrida e paritária entre sociedade civil e Estado – e a realização do Seminário em 2017 para construção coletiva das diretrizes e projetos a serem desenvolvidos foram por mais de uma década as demandas centrais do movimento das juventudes, sendo enfim concretizadas. O Comitê Gestor foi oficializado como instância consultiva. No entanto, na medida em que os representantes societários, na sua maioria jovens periféricos, pardos e pardas, negros e negras, heteronormativos e LGBTQI+, constroem um espaço colegiado comprometido com a ética e com as realidades das juventudes, as reuniões consolidam, na prática, um caráter deliberativo efetivo.

Por meio das atas, é possível verificar que as entidades da sociedade civil eleitas para o mandato 2017-2019 (JCONEN, Pretas Em Movimento e TUCUM) obtiveram um alto índice de frequência, com 87,5% nas reuniões realizadas no

período do primeiro mandato, nos anos 2017 e 2018. Já as cadeiras destinadas aos representantes governamentais registraram presença inferior, em cerca de 75% dos encontros. No primeiro mandato, não foram ocupadas as duas cadeiras destinadas aos conselhos (CEJUVE e COMJUVE), bastante desarticulados àquela época. Da mesma forma, a cadeira destinada ao representante do governo estadual também foi preenchida tardiamente. No segundo mandato (2019-2020), três novas entidades da sociedade civil foram eleitas: União da Juventude Socialista (UJS), Academia Transliterária e Central Única de Favelas (CUFA), juntando-se às entidades uma representante dos conselhos mencionados.

No período 2017-2019, os temas debatidos nas reuniões do CGCRJ foram em grande parte referidos às questões internas, como o funcionamento do equipamento e do Comitê. Essa ênfase se dilui em 2019, quando novas pautas, relacionadas aos projetos e ações para as juventudes, recebem maior atenção. Como em todo processo de construção coletiva, surgem divergências e pontos de ajuste referentes à compreensão das relações e às limitações entre a equipe de gestão do equipamento, representantes das entidades juvenis, representantes estatais e as juventudes na expressão da sua pluralidade.

O espaço do CRJ, constituído e ocupado pelas juventudes, abriga diálogos sobre temas importantes com o público jovem em ações abertas do CGCRJ, tais como “expectativas e limitações do espaço público/equipamento destinado às juventudes”, “identidade e pertencimento”, “ética na construção coletiva”, “autonomia, protagonismo e consciência cidadã” e “juventudes atuantes nas instâncias públicas”.

Para responder à demanda juvenil no âmbito operacional, o CGCRJ opta pela elaboração própria das normas de uso do equipamento, priorizando o que seria o melhor atendimento aos jovens. Segundo um entrevistado, o deslocamento da perspectiva não visou descuidar do patrimônio, mas compreender a finalidade e as consequências da aplicação da norma em um equipamento destinado à utilização de jovens. Nesse sentido, a nova gestão cunhou algumas ideias e expressões: “quanto menos regras, melhor”, “qualificar os não”, “qualificar com mais transparência”. Havendo demanda, a equipe técnica se pôs disponível para dialogar sobre a legitimidade em mudar coisas postas, sempre com critérios transparentes e na perspectiva da coletividade.

O segundo e o terceiro ano de atuação da nova gestão foram marcados por um forte enfoque sociopolítico e a dimensão administrativa-institucional fica em segundo plano. A gestão tem forte apelo social. Ela ofereceu protagonismo aos próprios usuários da política, fortalecendo e valorizando cada vez mais os

aspectos culturais e participativos, como indica um entrevistado, que aponta para a maior qualidade dos processos participativos:

Inicialmente, há muitos conflitos e embates, o que é próprio da participação. Mas, quando trabalhamos juntos, após um tempo, há um salto de qualidade na participação. Fomos aprendendo a qualificar a discussão e tudo que fomos construindo nos reconstruiu. Hoje, a coerência entre o discurso e a atuação está melhor. Conhecemos nossas limitações, mas vamos aprendendo a alinhar o corpo e a mente. A gestão compartilhada do CRJ tem sido uma escola de cidadania para os jovens e para nós gestores também.

A recente experiência de gestão do CRJ se sobressai por experimentações desde suas linhas de atuação. Um dos diferenciais do CRJ é o de oferecer uma programação gratuita e de qualidade para jovens de periferia, muitas vezes com auxílio de vale social e lanche para garantir mínimas condições de participação. As parcerias com universidades, grupos artísticos e organizações não governamentais têm auxiliado a nova gestão a promover ações mediante uma curadoria colaborativa.

Com a retomada das atividades culturais após o arrefecimento da pandemia de Covid-19, mais de 500 jovens voltam a ocupar diariamente o CRJ desde 2022. Vindos de bairros periféricos da cidade e do entorno, as juventudes ocupam o espaço com seus “corres”, performances e encenações: ensaios de dança, teatro, circo, música, performance e outras criações coletivas, reuniões, debates, seminários, grupos de estudo e de trabalho, oficinas e outras ações formativas, exposições, festivais e ações que sejam feitas por, para ou com as juventudes. Quando não há espaço nas salas e ambientes fechados, as galerias, corredores, refeitório e hall de entrada são ocupados também, caracterizando uma sobreposição de atividades culturais próprias do CRJ.

A forma não burocratizada e democrática de utilização do espaço remete às premissas de horizontalidade e às gramáticas dos movimentos sociais e coletivos de juventudes e, desse modo, estimula e apoia o diálogo e o convívio social entre os jovens, além de fortalecer a percepção do CRJ como espaço de direito. Por ter sido construído pela participação das juventudes e de sua incidência, o CRJ evoca um senso de pertencimento do seu público. Os coletivos que ocupam o espaço o veem como um lugar seguro, afetivo, acolhedor e voltado para seus interesses, fato que incentiva e fortalece o vínculo com o espaço, além de estimular os jovens a “se arriscarem” cada vez mais a sair de seus territórios e vivenciar a cidade como espaço de direito. Visto como espaço de encontro e

sociabilidade, as juventudes de diversas regiões da cidade ali se conhecem e se reconhecem, fazem *networking*, desenvolvem projetos, participam de formações, engajam-se em prol de causas comuns, criam juntas e se apoiam.

Concebido para ser referência no atendimento às juventudes cujas vidas são marcadas pela violência, o CRJ abriga movimentos atuantes com o propósito de estruturar políticas públicas mediante ações afirmativas, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBTQIA+. Tais movimentos enfrentam o desafio de suas ações não se reduzirem a estruturar planos, mas de garantir sua incidência na formulação das políticas das juventudes e a incorporação de enfoques de gênero, de cunho antirracista e não discriminatório também nas políticas universais.

Em razão do CRJ ser um espaço que fomenta arte e cultura, o desenho institucional participativo do CGCRJ não se limita à discussão formal do regimento interno. Na trilha das performatividades juvenis, os experimentalismos fazem da ocupação do espaço do CRJ referência para decisões da própria gestão compartilhada. Um representante de entidade eleita compartilha uma estratégia de atuação junto aos jovens LGBTQIA+:

A [Academia] Transliterária ocupa [o CRJ]. O coletivo tem catorze pessoas. Sempre tem gente querendo entrar, participar das nossas atividades, das ações, das *performances*. Então, a gente abriu um projeto que é tipo um ateliê criativo. É aberto pra quem quiser participar. [O projeto] começou a acontecer, aí veio a pandemia. A gente estava com a ideia de fazer um slam voltado para pessoas trans. Era um projeto de escuta e de criação coletiva, voltado para o público LGBT. A gente pretende retomar. [...] É um projeto sobre como ocupar esses espaços que muitas vezes não são ocupados pelo público LGBT.

O experimentalismo oriundo da participação tem como objetivo diversificar as iniciativas que emergem da sociedade civil, contribuindo para o fortalecimento do tecido social, do exercício da cidadania e da superação dos conflitos existentes entre Estado e sociedade (Gohn, 2001). Algumas iniciativas do CGCRJ convergem com essas demandas de fortalecimento da sociedade civil, como discorre um entrevistado do poder público a respeito das performatividades juvenis e ressignificação da área central da cidade:

[O CRJ proporciona] a ocupação da cidade, simbólica e espacial. O CRJ, até antes da pandemia, [...] reinventou o centro da cidade, o Baixo Centro. Existe um Baixo Centro antes e depois do CRJ. Se você conversar com qualquer

jovem ocupante do CRJ, [...] você entende que esse espaço passa a ser procurado, selado e legitimado como o espaço da juventude negra e periférica. [...] É o espaço da diversidade. Pensar [...] que o centro da cidade, que os corpos que ocupam Belo Horizonte, [...] a cena cultural, a cena urbana, são modificados porque o CRJ existe. Não tem como dizer que um espaço que recebe doze mil pessoas por mês não transforma o seu entorno.

A atuação do CRJ, por meio de ações estratégicas que permitem tematizar e problematizar situações e experiências que reverberam nas juventudes, denota um alinhamento dos gestores (na linha do ativismo institucional) com as juventudes e seus movimentos, conforme revela um entrevistado do poder público:

As ações estratégicas [do CRJ] vão tratar de uma temática específica. Por exemplo, [...] ocorreu uma prisão de um jovem debaixo do viaduto [Santa Tereza]. A partir dessa prisão, a gente [CGCRJ e equipe técnica] cria o [projeto] Pautas Silenciadas, ou seja, a ação nasce a partir de um acontecimento que reverberou dentro do CRJ e, por isso, gera rodas de conversas.

No mesmo sentido se coloca a perspectiva de ampliação das formas de participação, que o CRJ vem instituindo, à título de experimentalismo, por meio de comissões organizadoras comprometidas com uma ação ou projeto. A proposta é ampliar a participação das juventudes, relata um representante do governo municipal:

A gente tem [elaborado] o projeto Agora CRJ ou Ágora CRJ, que seriam, na verdade, as instâncias participativas, a ampliação das formas de participação, porque não pode ficar tudo na mão do CGCRJ. A ideia é ampliar. Quais são as possibilidades de participação no CRJ, de diálogo. A gente vai ter o seminário [presencial] esse ano, a gente vai ter uma consulta pública, que é um outro formato. [...] O Ágora é a ideia de desafogar o Comitê e ampliar. As comissões funcionam. Vamos melhorá-las? Vamos organizá-las? Dar [...] subsídio? Lanche, alimentação? A gente tem que pensar em outras estratégias de participação. Por exemplo, [...] queremos entender por que que o jovem que ia no CRJ não vai mais? [...] Ele está trabalhando? A passagem tá muito cara? A gente tem o telefone desses jovens. O desejo é ampliar as formas de participação, inclusive as digitais, no *Instagram*, enquetes, caixinha de perguntas, pesquisinhas.

O CGCRJ dá conta? Não dá e nunca deu. Ele é o aliado da gestão pra conseguir fazer a gestão que o CRJ exige. Gerir o CRJ é impossível sem o Comitê. É

o maior aliado que orienta o CRJ para conseguir fazer uma política pública de fato. Mas [...] todo esse peso é muita coisa. A próxima gestão [do CGCRJ] pode ter jovens que não vão poder estar tão empenhados. E aí? Quais são as outras estratégias de participação? Não acho que [o formato] do Comitê hoje dá conta. Vamos potencializar [a participação já existente] e criar outras.

Os experimentalismos participativos e ligados às performatividades juvenis periféricas apontam para uma perspectiva que desestabiliza visões e narrativas de que as culturas periféricas são um tipo menor de manifestação cultural e, por essa razão, estariam impossibilitadas de estar no centro da cidade ou no centro das atenções.

Na linha proposta por Pais (2005), o atendimento no CRJ é realizado, prioritariamente, segundo a observação das trajetórias percorridas pelas juventudes, especialmente aquelas que vivem nos territórios de exclusão e de violência. Sendo assim, o simples exercício de lançar outro olhar governamental, societário e midiático para a manifestação cultural periférica salta aos olhos de quem frequenta o CRJ. Fazer do único equipamento público das juventudes um espaço de fomento às manifestações culturais de todos os cantos da cidade impulsiona o protagonismo de jovens pretos, periféricos, LGBTQIA+, de seus corpos, expressões, ideias e ideais. Assim, não é algo trivial. Nesse sentido, durante as entrevistas, a palavra “aprendizado” foi repetida exaustivamente nos relatos. Como posto por uma das entrevistadas, “o aprendizado tem sido para todos nós, estamos juntos. A chave é a manutenção do diálogo”.

5. Considerações finais

Desenhar políticas de juventude é desenhar mapas de futuro. Mas não valeria a pena desenhá-los se não houvesse viajantes para os percorrer. Que sentido podem os jovens dar à política se se sentem fora dela? (Pais, 2005)

Com o foco no CRJ e na arena pública que gravita em torno de sua proposta e, adiante, de seu funcionamento e gestão, percorreram-se quase duas décadas, desde a problematização e tematização das políticas voltadas para esses sujeitos inquietos, que historicamente têm sido responsáveis por reacender, reinventar e imaginar mundos por vezes mais democráticos – as juventudes.

Considerando a perspectiva de arenas públicas de Cefaï (2002), as juventudes, desde suas vivências, experiências e inquietações cotidianas, problematizam, discutem sua situação e vislumbram o novo, mobilizam-se em seus

movimentos e coletivos, conectam-se com outros atores societários e ativistas, atores institucionais e organizações. Nesse processo, delinea-se uma arena pública, mediante a pluralidade de atores envolvidos (das juventudes, seus movimentos e coletivos, além de atores societários e institucionais) de suas diferentes formas de sentir, pensar e expressar, de sua reflexividade. Esses atores se reúnem, discutem, exploram e constroem reivindicações e propostas e as publicizam, buscam sua incidência nas instituições e a arena se reconfigura em cenas públicas que se interconectam e se amplificam.

Este artigo acompanhou a configuração dessa arena pública desde a gênese da proposta de um Centro de Referência da Juventude e de seu Comitê Gestor de cunho participativo até sua implantação e funcionamento, apontando para linhas programáticas e para práticas vivenciadas e experimentadas nesse espaço, em processos participativos.

Buscou-se iluminar os processos de inovação institucional, lastreados por processos de inovação social, de construção e experimentação do novo por meio dos movimentos de juventudes e dos demais atores que se aglutinam, se alinham, se aliam.

O argumento analítico subjacente à abordagem efetuada aponta para a conexão entre inovação social e inovação institucional, assumindo, assim, que processos de inovação social irrigam e impulsionam mudanças e inovações institucionais de cunho democratizante e incluyente. Em que pese o referido argumento, que enfatiza o protagonismo da sociedade civil, uma chave relevante no trajeto examinado consiste no papel de atores institucionais – e do ativismo institucional – na construção e/ou materialização dos avanços no âmbito da política municipal endereçada às juventudes. Atores do Legislativo Municipal, Ministério Público e gestores da Prefeitura em momentos distintos tiveram e/ou têm atuações relevantes nesses processos, no último caso, em especial, na consolidação de um arcabouço do que se pode referir como governança democrática – participativa, deliberativa e experimentalista.

Como se mostrou, movimentos e coletivos das juventudes juvenis se mobilizam e se expressam alinhando arte e ativismo, tematizam e discutem seus problemas, constroem e compartilham significados e pautas em diversos espaços no âmbito da sociedade civil, bem como no contexto de instituições participativas, como as Conferências Municipais de Juventude e os Conselhos que, em alguma medida, canalizam demandas e propostas. A arena pública em torno da pauta das juventudes, fluida e plural, alarga-se desde a proposta de criação do CRJ e do Comitê Gestor em um itinerário que se alinhava às cenas públicas. As variadas formas de ação coletiva dos movimentos e coletivos das juventudes culminam na

construção e instalação do CRJ e de seu Comitê Gestor, destacando-se a ocupação do espaço pelas juventudes em 2016. Com desenho institucional participativo, com representações societárias das juventudes, o Comitê tem se marcado por sua perspectiva de governança colaborativa, inclusiva e participativa.

O CGCRJ, que constitui um espaço de participação vitalizado, e o CRJ, em sua pulsação cotidiana, revelam singularidades em suas premissas inclusivas e democráticas, em sua abertura às juventudes e experimentalismos. As singularidades se moldam com base em intercâmbios e alinhamentos, em significados construídos coletivamente e compartilhados, em visões de mundo que se interpenetram – dos movimentos sociais, coletivos de juventude, demais atores societários e institucionais, salientando-se também os ativistas institucionais, engajados com as juventudes. O percurso descrito aponta o papel desses atores no trânsito, concretização e sustentação das premissas e iniciativas, por vezes de cunho inovador, para o âmbito burocrático.

Na lógica aberta do CRJ e do CGCRJ, na trilha de inovações sociais das juventudes, encampam-se performatividades e engendram-se experimentalismos que entrelaçam arte, cultura e política, podendo ser considerados como inovações institucionais, sob as chaves da democratização e da inclusão social, desenhando *mapas de futuro*.

Referências

- ABERS, Rebecca Neaera e BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, 2011, pp. 52-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ABERS, Rebecca Nearea. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: ABERS, Rebecca Nearea (org.). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília, Editora UNB, 2021.
- ABERS, Rebecca Nearea; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, abr. 2014, pp. 325-357. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- ANDION, Carolina e MAGALHÃES, Thiago. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 36, 2021, pp. 513-543. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/RFvXXMFDRgnz5g5GJnnpnqx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

- AVRITZER, Leonardo. A crise da democracia como um processo de desdemocratização: reflexões sobre os casos latino-americanos. In: AVRITZER, Leonardo e CARVALHO, Priscila (orgs.). *Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte, Prodep; Arraes, 2021.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Baltimore, John Hopkins University Press, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*. São Paulo, v. 1, n. 39, 1997, pp. 149-174.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BRASIL, Flávia de Paula Duque; MAIA, Peter Isackson; ANELLI, Fernando Resende e RESENDE, Letícia Amédée Péret. Política de habitação social e movimentos de moradia: participação, inclusão e novos repertórios de ação coletiva em Belo Horizonte. *Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar (online)*. São Carlos, v. 10, n. 3, 2020, pp. 1377-1402. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/822/pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2023.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika e ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 17, 2017, pp. 360-378.
- CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia de Paula Duque; FAUSTINO, Marcella Raphaella e BECHTLUFFT, Rodolfo Pinhon. Transporte Coletivo e Movimento Tarifa-Zero-BH: repertórios de ação e incidência na política local. *Revista de Políticas Públicas*. São Luis, v. 26, n. 1, 2022, pp. 442-460. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19600>>. Acesso em: 8 fev. 2023.
- CASTRO, Jorge Abraão; AQUINO, Luseni e ANDRADE, Carla Coelho (orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2008.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 36, n. 1, mar. 2017, pp. 187-213.
- CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique?. In: CEFAÏ, Daniel e JOSEPH, Isaac. (orgs.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanités et épreuves de civisme*. Paris, Editions de l'Aube, 2002.
- CRUZ, Gisele dos Reis e FREIRE, Jussara. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e fóruns de desenvolvimento local. *Cadernos Metrópole*. Rio de Janeiro, n. 10, 2012, pp. 75-102.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 279-303.

- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003, pp. 40-52. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. Chicago, Swallow, 1927.
- DRYZEK, John. Pragmatism and democracy: in search of deliberative publics. *Journal of Speculative Philosophy*. Penn State University Park, v. 18, n. 1, 2004, pp. 72-79. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25670498>>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ELSTUB, Stephen e ESCOBAR, Oliver. Defining and typologising democratic innovations. In: ELSTUB, Stephen e ESCOBAR, Oliver (eds.). *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2019, pp. 11-31.
- FUNG, Archon. Continuous Institutional Innovation and the Pragmatic Conception of Democracy. *Polity*. Chicago, v. 44, n. 4, 2012, pp. 609-624.
- FUNG, Archon e COHEN, Joshua. Democracia Radical. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 6, n. 11, 2007, pp. 221-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/10.5007/%25x>>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- FUNG, Archon e WRIGHT, Erik Olin. Deepening democracy: innovations in empowered participatory governance. *Politics & Society*. New York, v. 29, n. 1, 2001, pp. 5-41.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre factilidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- HAUPTMANN, Emily. Can Less Be More? Leftist Deliberative Democrats' Critique of Participatory Democracy. *Polity*. Chicago, v. 33, n. 3, 2001, pp. 397-421. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.2307/3235441?journalCode=pol>>. Acesso em: 02 fev 2023.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte, Paidéia, 1987.
- HENDRICKS, Carolyn. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political Studies*. Thousand Oaks, v. 54, n. 3, 2006, pp. 486-508. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2006.00612.x>>. Acesso em: 06 jan 2023.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Falando de institucionalização e movimentos sociais. *Política & Sociedade* (Impresso). Florianópolis, v. 21, 2023, pp. 270-298.
- MAGALHÃES, Bruno Dias; ORNELAS, Gabriel Mattos e BRASIL, Flávia Duque. Desconstruções e resistências democráticas: o caso da institucionalização legal dos Sistema Nacional de Participação Social. In: CARVALHO, Priscila Delgado e AVRITZER, Leonardo (orgs.). *Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte, Prodeq; Arraes Editores, 2021, pp. 57-88.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 03, 2016, pp. 741-768. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030009>>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Igor. Uma “Praia” nas alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, Educação, UFMG, 2012.
- PAIS, José Machado. Jovem e Cidadania. *Sociologia: Problemas e Práticas*. Lisboa, n. 49, 2005, pp. 53-70.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- PATEMAN, Carole. Participatory Democracy Revisited. *Perspectives on Politics*. Cambridge, v. 10, n. 1, 2012, pp. 7-19.
- POGREBINSCHI, Thamy. Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, pp. 657-693. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300005>>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – PBH. *Centro de Referência das Juventudes*. 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/equipamentos/crj>>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- SALLAS, Ana Luísa e GROPPPO, Luís Antonio. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 27, 2022, e270124. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270124>>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 39-83.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 16, jul. 2006, p. 156-179. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200007>>. Acesso em: 26 set. 2024.
- SPOSITO, Marília. *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo, Global, 2007.
- SPOSITO, Marília e CARRANO, Paulo Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, 2003, pp. 16-39.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella e TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de

moradia de São Paulo. *Opinião Pública*. Campinas, v. 18, n. 2, 2012, pp. 399-426. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Data de submissão: 9 de fevereiro de 2023

Data de aceite: 19 de dezembro de 2024

Como citar este artigo:

NEVES, Laura Bastos Pimenta e BRASIL, Flávia de Paula Duque. Democracia, participação social e inovações institucionais: uma abordagem do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-28, e141216, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1216>